



CÓD: SL-095JH-22
7908433225096

VUNESP

600 questões Gabaritadas

CADERNO GABARITADO



ÍNDICE

| | |
|---|-----|
| 1. Língua Portuguesa | 5 |
| 2. Matemática E Raciocínio Lógico | 43 |
| 3. Informática | 57 |
| 4. Direito Penal | 69 |
| 5. Direito Civil | 81 |
| 6. Direito Processual Penal..... | 95 |
| 7. Direito Processual Civil | 111 |
| 8. Direito Constitucional | 125 |
| 9. Direito Administrativo | 141 |

(C) “Por que” e “porque” são equivalentes de sentido quando empregados em frases declarativas; “por que” equivalendo a “pelo(a) qual” não se emprega em frases interrogativas

(D) “Porque” relaciona enunciados associando-os pela noção de causa e efeito, caso em que pode ser substituído pelo pronome relativo “pelo(a) qual”.

(E) Tanto “por que” quanto “porque” têm emprego em frases declarativas; em frases interrogativas o emprego padrão é de “porque” equivalendo a “por qual motivo”.

3.(VUNESP - CF/CM (ESFCEX)/ESFCEX/EVANGÉLICO/2021)

Texto 1

Raios não caem duas vezes em um mesmo lugar?

Veja o que a ciência diz

Um dos maiores mitos propagados por aí é o de que dois raios não caem no mesmo lugar. Mas não dê ouvidos a tudo o que lhe dizem. Em áreas de grande incidência, podem cair não somente dois, mas diversos raios. Prova disso é o Cristo Redentor, agraciado por seis raios por ano, em média, de acordo com o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). E o Empire State Building, em Nova York, que recebe 25 descargas, sendo que já aconteceu de o topo do prédio ser atingido oito vezes em apenas oito minutos.

A chance de uma pessoa ser atingida diretamente por um raio é muito baixa, em termos estatísticos: é menor do que um para um milhão. O que não é motivo para baixar a guarda. Em uma área descampada (como uma praia ou campo de futebol) durante uma tempestade forte, a probabilidade é bem maior: de um para mil. Isso porque o seu corpo acaba se transformando em para-raios nessas situações.

(Uol. <https://www.uol.com.br>, 11.02.2020. Adaptado)

Texto 2

O Raio que caiu duas vezes no mesmo lugar

Houve uma vez um Raio que caiu duas vezes no mesmo

lugar; porém achou que na primeira tinha feito estrago suficiente, que já não era necessário, e ficou muito deprimido.

(Augusto Monterroso, *A ovelha negra e outras fábulas*. 2007)

No Texto 2, o emprego de letra maiúscula em “Raio” sugere

(A) a personificação do personagem.

(B) o respeito em relação ao personagem.

(C) a admiração das pessoas pelo personagem.

(D) o desprezo do eu lírico com o personagem.

(E) a situação humilhante vivida pelo personagem.

4.(VUNESP - CFO/QC (ESFCEX)/ESFCEX/MAGISTÉRIO DE PORTUGUÊS/2021)

Por que apenas metade da população brasileira é leitora? Por que o percentual de leitores vai “despenhando” a partir dos 11 anos de idade? De acordo com a 5ª edição da pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil”, realizada pelo Instituto Pró-Livro (IPL), Itaú Cultural e Ibope Inteligência, houve uma queda de 4,6 milhões de leitores no Brasil no período de 2015 a 2019. Será mesmo que as redes sociais, a falta de tempo e o não gostar são fatores principais para essa triste verdade?

Acredito que o ensino da leitura, embora muito falado e muito estudado, não tem efetivamente avançado. A participação social efetiva das pessoas pressupõe o domínio e a compreensão da linguagem escrita. Sendo assim, se a escola é o espaço do educar, é de sua responsabilidade não apenas ensinar a ler, como mais precisamente, formar cidadãos leitores.

Para ensinar a ler não basta ensinar a decodificar, é preciso ensinar a dialogar entre textos, contextos e autores. Não basta também, apenas a escolha dos bons textos literários, é preciso muito mais do que isso. De acordo com a pesquisa já citada, a grande problemática para o declínio leitor está na mediação da leitura.

É preciso entender que o ato da leitura é espaço dialógico entre o mediador, o texto e o aluno, e é no momento da leitura que os encontros e os desencontros das posições frente ao lido acontecem. Porém, para que os encontros e desencontros aconteçam torna-se necessário um planejamento da mediação. Tornam-se necessárias horas de estudo do que será levado para a turma, do encantamento do mediador com o texto, da antecipação das possíveis dificuldades, do planejamento das “pontes” que serão construídas. Enfim, exige um trabalho árduo e contínuo. Exige um sujeito leitor.

Não se faz mediação de leitura ou não se forma cidadãos leitores com pessoas não leitoras. Aquele que faz mediação, aquele que forma leitores antes de tudo deve ser um sujeito leitor. Difícilmente alguém se torna um leitor de profundidade se não houver uma boa referência.

Para aqueles que escolheram a formação de cidadãos (professores, no caso) é preciso abastecer-se. Precisamos ler, se não somos, necessitamos nos formar leitores. Aqueles que não escolheram o caminho da docência, experimentariam a leveza e o prazer que a leitura proporciona. Assisti, dias atrás, a um programa para professores, nele o escritor Rafael Gallo dava uma

5. (VUNESP - SOLD (PM SP)/PM SP/2ª CLASSE/2021)

Um programa de entrevistas é apresentado simultaneamente na TV aberta e por uma plataforma de vídeos, via internet. Devido a essa estratégia, os responsáveis pelo programa vendem tempos distintos de propagandas para serem veiculadas na TV aberta ou na internet, nos intervalos desse programa. Esses intervalos sempre têm mais de 2 minutos de duração, sendo que o programa é retomado simultaneamente nos dois formatos de transmissão, sem a interrupção de anúncios.

As propagandas vendidas para serem veiculadas na internet possuem 15 segundos de duração, enquanto que as da TV aberta possuem 25 segundos de duração. Assim sendo, o tempo mínimo de duração dos intervalos desse programa é de

- (A) 3 minutos e 45 segundos.
- (B) 2 minutos e 30 segundos.
- (C) 3 minutos.
- (D) 3 minutos e 15 segundos.
- (E) 2 minutos e 50 segundos.

6. (VUNESP - AG (PREF V PAULISTA)/PREF V PAULISTA/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO/2021)

Na garagem de um prédio, há automóveis, motos e bicicletas, no total de 120 veículos. Desse total, $\frac{1}{10}$ são motos, $\frac{3}{20}$ são bicicletas, e os demais são automóveis. Do número total de veículos dessa garagem, os automóveis correspondem à fração

- (A) $\frac{2}{3}$
- (B) $\frac{3}{4}$
- (C) $\frac{4}{5}$
- (D) $\frac{5}{6}$
- (E) $\frac{7}{8}$

7. (VUNESP - ENG (PREF TAUBATÉ)/PREF TAUBATÉ/SEGURANÇA DO TRABALHO/2022)

Um trator consome 15 litros de diesel por hora de trabalho quando está bem regulado e 21 litros de diesel por hora de trabalho quando está mal regulado. Sabe-se que esse trator é utilizado 6 horas por dia, sendo que do dia 1 ao dia 10 de novembro estava mal regulado e do dia 11 ao dia 30 de novembro estava bem regulado. Se o gasto com o diesel desse trator nos trinta dias de novembro foi de R\$ 13.770,00, e não houve alteração do preço do diesel nesse período, o preço por litro de diesel utilizado nesse mês foi de

- (A) R\$ 4,50.
- (B) R\$ 4,52.
- (C) R\$ 4,54.
- (D) R\$ 4,56.
- (E) R\$ 4,58.

8. (VUNESP - ANA (PB SAÚDE)/PB SAÚDE/REDE, SISTEMAS E SOFTWARE/2021)

Ao resolver um problema, que tinha como objetivo determinar os valores possíveis da variável x , um aluno chegou a conclusão de que x poderia ser todos os números entre 1 e 100, inclusive o 100, mas não poderia ser 1. Sabendo que o problema tem solução e que todos os valores determinados pelo aluno são incorretos, então a variável x

- (A) é qualquer número maior que 100 ou menor ou igual a 1.
- (B) é pelo menos um número positivo maior que 100.
- (C) é o número 1 ou qualquer número maior que 100.
- (D) é o número zero, ou o número 1, ou qualquer número maior que 100.
- (E) é pelo menos um número maior que 100 ou menor ou igual a 1.

9. (VUNESP - ALUN OF (PM SP)/PM SP/2022)

Foi pedido a três amigos que anotassem em um papel um número inteiro maior do que zero. Julia anotou um número menor do que 8, Lucas anotou um número menor do que 7 e Ana anotou um número menor do que 9. O número de possibilidades para o resultado da soma dos números anotados por esses três amigos é

- (A) 19.
- (B) 81.
- (C) 128.
- (D) 216.
- (E) 336.

10. (VUNESP - ASADM (PREF JUNDIAÍ)/PREF JUNDIAÍ/2022)

O preço do litro do etanol em certo posto sofreu dois aumentos sucessivos: em março, aumentou 5% em relação ao seu valor inicial; e, em setembro, aumentou $x\%$ em relação ao valor vigente desde março. Se comparado com o valor inicial, o valor vigente a partir de setembro corresponde a um aumento de 11,3%. Então, é correto afirmar que x é igual a

- (A) 5,5.
- (B) 5,7.
- (C) 6,0.
- (D) 6,6.
- (E) 6,9.

(D) um espaço vazio na Barra de Ferramentas, pressionar o seu botão esquerdo e, na janela que surge na tela, selecionar Nova Pasta.

(E) um espaço vazio na Área de Trabalho, pressionar o seu botão direito e, na janela que surge na tela, selecionar Novo e selecionar a opção Pasta.

6.(VUNESP - ESC (TJ SP)/TJ SP/"CAPITAL E INTERIOR"/2021)

A Área de Transferência do MS-Windows 10, em sua configuração padrão, permite que o conjunto de aplicativos do MS-Office 2016 possa copiar itens de documentos do Office, e os cole em outro documento do Office. Em relação à quantidade máxima de itens que podem ser copiados na Área de Transferência, tem-se que ela

- (A) é maior ou igual 100 e inferior a 1 000 itens.
- (B) depende do tamanho da memória do computador.
- (C) é maior ou igual a 20 e inferior a 100 itens.
- (D) depende do tamanho do disco do computador.
- (E) é maior ou igual a 1 000 itens.

7.(VUNESP - ENG (PB SAÚDE)/PB SAÚDE/TRABALHO/2021)

No Windows 10, encontra-se um arquivo de imagem no desktop. Para excluir esse arquivo definitivamente, de maneira que não seja movido para a Lixeira, o usuário pode

- (A) selecionar o arquivo e pressionar as teclas Ctrl + Delete.
- (B) selecionar o arquivo e pressionar as teclas Shift + Delete.
- (C) arrastar o arquivo para o ícone da Lixeira com a tecla Ctrl pressionada.
- (D) arrastar o arquivo para o ícone da Lixeira.
- (E) arrastar o ícone da Lixeira para o arquivo.

8.(VUNESP - ESTAT (PB SAÚDE)/PB SAÚDE/2021)

No Windows 10, encontra-se um arquivo de imagem no desktop. Para excluir esse arquivo definitivamente, de maneira que não seja movido para a Lixeira, o usuário pode

- (A) selecionar o arquivo e pressionar as teclas Ctrl + Delete.
- (B) selecionar o arquivo e pressionar as teclas Shift + Delete.
- (C) arrastar o arquivo para o ícone da Lixeira com a tecla Ctrl pressionada.
- (D) arrastar o arquivo para o ícone da Lixeira.
- (E) arrastar o ícone da Lixeira para o arquivo.

9.(VUNESP - AFAR (PREF RP)/PREF RP/2021)

Têm-se os seguintes arquivos em uma pasta do Microsoft Windows 10, em sua configuração padrão: Arquivo.txt Arquivo01.txt Arquivo02.txt Arquivo1.txt Arquivo21.txt

Usando a caixa de pesquisas do Explorador de Arquivos, um usuário digitou um termo e obteve como resultado apenas os arquivos Arquivo01.txt e Arquivo21.txt. Assinale a alternativa que indica o termo de pesquisa utilizado.

- (A) Arquivo?1.txt
- (B) Arquivo*1.txt
- (C) Arquivo*.txt
- (D) *?1.txt
- (E) Arquivo01&21.txt

10.(VUNESP - ALEG (CM POTIM)/CM POTIM/2021)

Um usuário atende um cidadão que entra na Câmara Municipal e deixa um recado para o chefe desse usuário, que está em uma ligação. No intuito de anotar o recado em uma forma de lembrete (como se fosse um Post-it colado) na Área de Trabalho, o usuário pode utilizar o aplicativo do próprio MS-Windows 10, em sua configuração padrão, de nome

- (A) Bloco de Notas.
- (B) Notas Autoadesivas.
- (C) Notepad.
- (D) Paint.
- (E) Word 2016.

11.(VUNESP - ESC (TJ SP)/TJ SP/"CAPITAL E INTERIOR"/2021)

No sistema operacional MS-Windows 10, selecionou-se uma pasta com o botão direito do mouse, este em sua configuração padrão, e selecionou-se Propriedades na relação de opções que foi exibida. Na janela que se abriu, há a possibilidade de se escolher os atributos da pasta, que são:

- (A) Somente escrita e Somente leitura.
- (B) Compactada, Criptografada e Protegida.
- (C) Oculto e Visível.
- (D) Somente leitura (arquivos da pasta) e Oculto.
- (E) Compactada e Somente leitura (arquivos da pasta).

12.(VUNESP - SUP SAU (MARÍLIA)/PREF MARÍLIA/2021)

Em uma pasta em um computador com o Microsoft Windows 10, existe apenas um arquivo, chamado Controle.xlsx. Um usuário está editando um documento no Microsoft Word 2016 e deseja salvá-lo com nome de Controle nessa mesma pasta. Considerando que todos os aplicativos estão em suas configurações originais e que

(E) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

6.(VUNESP - PROM JUS (MPE RJ)/MPE RJ/2022)

Imagine que, a partir de Milão, um hacker invada os sistemas computacionais de um hospital localizado na cidade do Rio de Janeiro e altere, com dolo de matar, a prescrição de medicamentos de um internado, aumentando a dose de um remédio para patamar que até seria aceitável a outros pacientes, mas que para aquele determinado paciente é fatal. Uma enfermeira cumpre à risca a prescrição sem desconfiar da alteração, o que causa a morte do internado. Diante da hipótese narrada, assinale a alternativa correta.

- (A) Ainda que a conduta da enfermeira não seja penalmente relevante o lugar do crime é o Rio de Janeiro, sendo incorreto afirmar que seja Milão.
- (B) A definição do lugar do crime depende da responsabilização (ou não), no caso concreto, da enfermeira.
- (C) O lugar do crime, para a Lei Penal, é determinado unicamente pelo lugar do resultado, donde se conclui que o crime ocorreu no Rio de Janeiro.
- (D) O crime ocorreu tanto em Milão como no Rio de Janeiro.
- (E) O lugar do crime é unicamente Milão, tendo em vista que a ação da enfermeira não pode ser considerada conduta à luz do Direito Penal.

7.(VUNESP - NER (TJ GO)/TJ GO/REMOÇÃO/2021)

Sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, aplica-se a lei penal brasileira aos fatos praticados em

- (A) aeronaves privadas brasileiras que estejam pousadas em território estrangeiro.
- (B) aeronaves privadas estrangeiras que estejam sobrevoando o território nacional.
- (C) embarcações mercantes brasileiras que estejam ancoradas em porto estrangeiro.
- (D) aeronaves privadas brasileiras que estejam sobrevoando território estrangeiro.

8.(VUNESP - NER (TJ GO)/TJ GO/PROVIMENTO/2021)

De acordo com o art. 7º do CP, ficam sujeitos à lei penal brasileira, embora cometidos no estrangeiro, ainda que o agente seja absolvido ou condenado no estrangeiro, os crimes

- (A) que, por tratado, o Brasil se obrigou a reprimir.
- (B) que, por convenção, o Brasil se obrigou a reprimir.
- (C) praticados por brasileiros.
- (D) de genocídio, quando o agente for domiciliado no Brasil.

9.(VUNESP - JE TJAC/TJ AC/2019)

Assinale a alternativa correta.

- (A) A teoria da imputação objetiva do resultado estabelece os seguintes requisitos: a criação de um risco jurídico-penal relevante não coberto pelo risco permitido, a realização desse risco no resultado e a independência do resultado produzido entre o âmbito de proteção da norma penal.
- (B) O Código Penal em vigor admite a concausa como condição concorrente para a produção do resultado com preponderância sobre a conduta do sujeito.
- (C) De acordo com o Código Penal Brasileiro, a relação de causalidade entre a conduta humana e o resultado é uma relação valorada que deve ser aferida conjuntamente com o vínculo subjetivo do agente limitada ao dolo ou culpa.
- (D) Os crimes omissivos impróprios dispensam a existência de um resultado e, portanto, não necessitam de verificação do nexo de causalidade.

10.(VUNESP - PROC (PREF SJC)/PREF SJC/2019)

A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. A afirmação: “o dever de agir incumbe a quem, com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado”

- (A) está expressamente prevista no CP.
- (B) é a expressão supralegal da teoria da “imputação objetiva”.
- (C) é a expressão supralegal da teoria da “cegueira deliberada”.
- (D) deriva de construção jurisprudencial consolidada em súmula de Tribunal Superior.
- (E) admite a aplicação da responsabilidade objetiva no Direito Penal.

11.(VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2021)

A respeito do delito culposo, é **correto** afirmar que

- (A) admite a compensação de culpas.
- (B) a culpa pode ser presumida.
- (C) é possível a concorrência de culpas.
- (D) admite a coautoria e a participação.

5.(VUNESP - AFT (PREF VZ. PTA.)/PREF V PAULISTA/2021)

Considera(m)-se imóvel(eis) para os efeitos legais, mesmo sem a natureza própria de um imóvel:

- (A) os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.
- (B) o direito à sucessão aberta.
- (C) as energias que tenham valor econômico.
- (D) os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes.
- (E) os materiais destinados a alguma construção, mesmo não empregados.

6.(VUNESP - PROC (PREF JUNDIAÍ)/PREF JUNDIAÍ/2021)

Se, num negócio jurídico, for prevista uma condição potestativa que venha a perder esse caráter em razão de um acontecimento que venha a dificultar sua realização, terá surgido uma condição

- (A) perplexa.
- (B) fisicamente impossível.
- (C) promíscua.
- (D) mista.
- (E) casual.

7.(VUNESP - NER (TJ SP)/TJ SP/PROVIMENTO/2022)

Estabelecia o Código Civil/16 (CC/16) que: “tendo havido intuito de prejudicar a terceiros, ou infringir preceito de lei, nada poderão alegar, ou requerer os contraentes em juízo quanto à simulação do ato, em litígio de um contra o outro, ou contra terceiros” (art. 104). Tal regra, contudo, não foi reproduzida no CC/02. Assinale o dispositivo que, no novo sistema, mais se aproxima do princípio geral de direito contido no artigo revogado.

- (A) Vicia o negócio jurídico a coação exercida por terceiro, se dela tivesse ou devesse ter conhecimento a parte a que aproveite, e esta responderá solidariamente com aquele por perdas e danos (art. 154).
- (B) O erro não prejudica a validade do negócio jurídico quando a pessoa, a quem a manifestação de vontade se dirige, se oferecer para executá-la na conformidade da vontade real do manifestante (art. 144).
- (C) Se ambas as partes procederem com dolo, nenhuma pode alegá-lo para anular o negócio ou para reclamar indenização (art. 150).
- (D) Na lesão, não se decretará a anulação do negócio, se for oferecido suplemento suficiente, ou se a parte favorecida concordar com a redução do proveito (art. 157, § 2o).

8.(VUNESP - NER (TJ SP)/TJ SP/PROVIMENTO/2022)
Sobre os negócios nulos e anuláveis, assinale a alternativa correta.

- (A) o menor de dezesseis anos não pode, para eximir-se de uma obrigação, invocar a sua idade, se dolosamente a ocultou quando inquirido pela outra parte, ou se, no ato de obrigar-se, declarou-se maior.
- (B) sendo nulo o negócio jurídico simulado, não há direitos a ressalvar, mesmo quanto aos terceiros de boa-fé em face dos contraentes originários.
- (C) o negócio jurídico de consumo também é nulo quando celebrado por agente absolutamente incapaz.
- (D) quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será esse de dois anos, a contar da data da conclusão do ato.

9.(VUNESP - PROC JM (GUARUJÁ)/PREF GUARUJÁ/2021)

Acerca da prescrição e decadência, assinale a alternativa correta.

- (A) Prescrição é a perda do direito potestativo pela inércia do seu titular no período determinado em lei, e a decadência é a perda de uma pretensão decorrente da violação de um direito em razão da inércia do legitimado pelo prazo previsto em lei.
- (B) A decadência apenas se aplica às ações de natureza condenatória, e a prescrição apenas se aplica às ações de natureza constitutiva ou desconstitutiva.
- (C) Não corre a decadência contra os menores de 16 (dezesseis) anos, bem como não corre a prescrição entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.
- (D) A renúncia à prescrição somente pode ser feita, sem prejuízo de terceiros, e antes de se consumar; a renúncia à decadência prevista em lei é permitida, desde que sem prejuízo de terceiros.
- (E) A prescrição que não estiver prevista em lei ocorre em 10 (dez) anos, e a decadência não prevista em lei ocorre em 5 (cinco) anos.

10.(VUNESP - NER (TJ GO)/TJ GO/PROVIMENTO/2021)

A escritura pública, lavrada em notas de tabelião, é documento dotado de fé pública, fazendo prova plena. É(-São) requisito(s) necessário(s) da escritura pública:

- (A) referência ao cumprimento das exigências legais, fiscais, trabalhistas e tributárias inerentes à legitimidade do ato.
- (B) reconhecimento da identidade e capacidade das partes e de quantos hajam comparecido ao ato, por si, como representantes, intervenientes ou testemunhas.
- (C) data, local e hora de sua realização.
- (D) assinatura das partes, bem como a do tabelião ou seu substituto legal, iniciando e encerrando o ato.

(E) Na esteira do entendimento dos Tribunais Superiores, a ausência de pedido expresso, na denúncia, de fixação de valor de reparação do dano não impede que o Juiz o fixe quando em causa crimes patrimoniais, em que o montante do prejuízo experimentado pela vítima é narrado na exordial acusatória.

5. (VUNESP - AG POL (PC SP)/PC SP/2018)

O inquérito policial deverá terminar no prazo de

(A) 20 (vinte) dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que ocorreu o crime; ou no prazo de 40 (quarenta) dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

(B) 20 (vinte) dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão; ou no prazo de 40 (quarenta) dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

(C) 10 (dez) dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão; ou no prazo de 30 (trinta) dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

(D) 30 (trinta) dias, estando o indiciado preso em flagrante, ou preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão; ou no prazo de 60 (sessenta) dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

6. (VUNESP - PROM JUS (MPE RJ)/MPE RJ/2022)

O Ministério Público Estadual, procurado por funcionário público que denunciou a existência de corrupção dentro de órgão público responsável pela fiscalização de edificações, instaurou procedimento investigatório criminal (PIC). No curso do PIC, o Ministério Público ouviu diversas pessoas, dentre elas funcionários públicos e particulares que foram fiscalizados nos últimos 05 (cinco) anos pela entidade. Também requereu junto à Unidade de Inteligência Financeira (UIF) – antigo COAF – o envio de relatórios de inteligências pré-existentes no banco de dados em nome das pessoas ouvidas, tendo recebido a documentação pertinente. Encerradas as diligências, convencido da materialidade delitiva dos crimes de corrupção ativa e passiva, bem como de lavagem de dinheiro, por parte de alguns dos ouvidos e investigados, o Ministério Público propôs, de forma individualizada, acordo de não persecução penal, mediante o pagamento

de multa pecuniária, além da reparação integral do dano estimado. Participaram das negociações do acordo os próprios imputados, bem como os respectivos advogados, tendo-se lavrado o termo do acordo, com a assinatura de todos os envolvidos. Remetidos os autos do PIC, com o termo do acordo, para homologação, o Juiz Competente recusou o acordo, sob o argumento de vício insanável, consistente na indevida quebra de sigilo bancário, já que o Ministério Público obteve acesso aos Relatórios de Inteligências provenientes da Unidade de Inteligência Financeira (UIF) – antigo COAF – diretamente, sem autorização judicial. A respeito da situação hipotética, tendo em vista as legislações pertinentes, bem como a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta.

(A) A investigação direta realizada pelo Ministério Público, nos termos da Resolução 181 do CNMP, é legítima apenas quando em causa crimes praticados por organização criminosa, circunstância não presente no caso em apreço, sendo nulo o PIC instaurado.

(B) A investigação direta realizada pelo Ministério Público, observadas as hipóteses de reserva constitucional de jurisdição, é legítima, o que não se deu no caso em apreço, já que houve acesso, sem autorização judicial, aos Relatórios de Inteligência oriundos da UIF.

(C) Da decisão que rejeitou a homologação do acordo de não persecução penal pelo Juiz não cabe recurso ao Ministério Público, cabendo ao investigado recurso em sentido estrito.

(D) Apresentado o acordo à homologação, não cabe ao Juiz rejeitá-lo, por entender não atendidos os requisitos legais. A medida legal prevista é o envio do procedimento ao Procurador Geral do Estado, a quem cabe decidir, em última instância.

(E) O compartilhamento direto de informações entre a UIF e o Ministério Público não implica violação de sigilo. Veda-se, contudo, a geração de informações por encomenda do órgão de acusação, situação inexistente no caso em apreço, sendo legal a prova.

7. (VUNESP - JE TJMT/TJ MT/2018)

A competência criminal:

(A) na hipótese de conexão e continência, importarão unidade de processo e julgamento salvo no concurso entre jurisdição comum e especial.

(B) pelo lugar da infração, será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que foi iniciado o ato de execução.

(C) tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, firmar-se-á pelo local onde se iniciou os atos de execução.

6. (VUNESP - PROC (VALIPREV)/VALIPREV/2020)

As hipóteses de direito material para que se configure a desconsideração da personalidade jurídica encontram-se no ordenamento jurídico material, mas é o Código de Processo Civil de 2015 que versa sobre o procedimento para que seja o mesmo instaurado e julgado.

Em termos procedimentais, assinale a alternativa correta.

- (A) É vedado formular pedido de desconsideração da personalidade jurídica em petição inicial de ação de conhecimento.
- (B) O incidente será instaurado a pedido da parte interessada, tratando-se, portanto, de legitimidade ativa exclusiva.
- (C) É vedada a realização de instrução probatória durante a tramitação do incidente.
- (D) Se a decisão que resolve o incidente for proferida por relator, cabe agravo interno.
- (E) Por se tratar de manifesto incidente cognitivo, o incidente será resolvido por sentença, impugnável por apelação.

7. (VUNESP - CFO/QC (ESFCEX)/ESFCEX/DIREITO/2020)

É caso de denúncia da lide, segundo o Código de Processo Civil, quando

- (A) se tratar de caso de assistência litisconsorcial, em função da repercussão potencial da decisão do processo sobre a relação jurídica existente entre assistente e o adversário da parte assistida.
- (B) existirem devedores solidários não incluídos no polo passivo da ação de cobrança pelo credor comum.
- (C) pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, exista terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas.
- (D) existir terceiro que estiver obrigado, por lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo de quem for vencido no processo.
- (E) a reunião de processos, perante o juízo comum ou o tribunal do júri, decorra da aplicação das regras de conexão e continência.

8. (VUNESP - PJ (CM PINDORAMA)/CM PINDORAMA/2020)

De acordo com a configuração atribuída pelo Código de Processo Civil ao instituto da denúncia da lide, é correto afirmar sobre tal modalidade de intervenção de terceiros que

- (A) é admissível, requerida pelo réu, dos demais devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns o pagamento da dívida comum.
- (B) é vedada mais que uma denúncia sucessiva, ficando preservado ao denunciado sucessivo direito de regresso a ser exercido por ação autônoma.

(C) é causa de extinção da denúncia da lide sem resolução de mérito a hipótese de o denunciante ser vencido, pois a lide secundária não terá seu pedido examinado.

(D) é vedado, uma vez feita a denúncia pelo autor, que o denunciado assuma a posição de litisconsorte do denunciante.

(E) é obrigatória, sendo que, se a parte interessada não a promover na forma e prazo legais, perderá seu direito regressivo.

9. (VUNESP - ESC (TJ SP)/TJ SP/"CAPITAL E INTERIOR"/2021)

Mariana estava voltando para casa com um carro dirigido por um motorista de aplicativo. No trajeto para casa, o carro capotou em uma curva e, como consequência, Mariana ficou internada por três semanas experimentando diversos gastos médicos. Buscando ressarcir seus gastos, Mariana propõe ação de indenização por danos materiais em face de Cleber, o motorista, alegando que ele foi imprudente e estava trafegando acima da velocidade permitida na via. A ação foi proposta perante a 5ª Vara Cível da Comarca de Santa Madalena, cujo Chefe de Secretaria era amigo íntimo de Cleber. No momento de produção de provas, o juiz nomeou perito para averiguar se Cleber estava trafegando ou não acima da velocidade permitida na via. Cleber nomeou assistente técnico para auxiliar na perícia. O assistente técnico, no entanto, era proprietário do imóvel que Mariana locava e autor da ação de despejo que estava em fase de recurso perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Santa Madalena.

Diante da situação hipotética, Mariana poderá alegar que, em relação do processo de indenização,

- (A) o chefe de Secretaria é impedido.
- (B) o assistente técnico é impedido.
- (C) tanto o chefe de Secretaria como o assistente técnico são suspeitos.
- (D) o chefe de Secretaria é suspeito.
- (E) o assistente técnico é suspeito.

10. (VUNESP - PROM JUS (MPE RJ)/MPE RJ/2022)

Nos processos judiciais em que o Ministério Público atua como fiscal da ordem jurídica,

- (A) ele deverá, nas hipóteses previstas em lei, ser intimado para se manifestar em 15 dias.
- (B) pode apresentar recurso, desde que alguma das partes recorra previamente.
- (C) pode propor ação rescisória, desde que tenha atuado no processo em que foi proferida a decisão rescindenda.

(C) O Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) deverá ser instituído por Lei Estadual no prazo de até 5 (cinco) anos, contados a partir da entrada em vigor do Estatuto da Metrópole.

(D) A governança interfederativa, instituída pelo Estatuto da Metrópole, é exercida pelo parlamento metropolitano.

15. (VUNESP - PROC (PREF JUNDIAÍ)/PREF JUNDIAÍ/2021)

No que diz respeito à responsabilidade do Estado por atos legislativos, é correto afirmar que

(A) com base no princípio da separação de poderes, o STF já assentou que o Estado não pode ser responsabilizado por atos legislativos.

(B) o Supremo Tribunal Federal adotou o entendimento de que lei declarada inconstitucional em ação direta não enseja a responsabilidade estatal.

(C) o fundamento jurídico que autoriza a condenação do Estado por atos legislativos é a teoria do risco integral.

(D) a responsabilidade estatal por atos legislativos somente é admitida quando haja previsão de indenização expressa na própria norma.

(E) há possibilidade de responsabilizar o Estado em decorrência da edição de lei de efeitos concretos que cause prejuízos a terceiros.

16. (VUNESP - PROC JM (GUARUJÁ)/PREF GUARUJÁ/2021)

Os serviços públicos de interesse local

(A) na área da assistência social são destinados aos contribuintes da previdência social e prestados privativamente por entidades beneficentes, com emprego de recursos do orçamento da seguridade social, mediante celebração de convênios ou instrumentos congêneres.

(B) a área da saúde serão integralmente custeados com recursos advindos de emendas individuais ao projeto de lei orçamentária, vedada a destinação para pagamento de pessoal ou encargos sociais.

(C) na área da educação correspondem ao atendimento ao educando em todas as etapas da educação básica e superior, limitados a programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

(D) são objeto de gestão associada por meio de convênios de cooperação entre municípios limítrofes, nos termos de lei complementar estadual.

(E) são organizados e prestados, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, pelos Municípios, incluído o transporte coletivo.

17. (VUNESP - ADV (CODEN)/CODEN/2021)

Sobre a responsabilidade da concessionária e do poder concedente, assinale a alternativa que reflete o disposto na Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995:

(A) Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros; a fiscalização exercida pelo órgão competente atenua essa responsabilidade.

(B) Transfere responsabilidade a concessionária que contrata com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos associados.

(C) Incumbe ao poder concedente captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço.

(D) A empresa líder do consórcio é a responsável perante o poder concedente, pelo cumprimento do contrato de concessão, sem prejuízo da responsabilidade solidária das demais consorciadas.

(E) Incumbe à concessionária declarar de utilidade pública os bens necessários à execução do serviço ou obra pública, promovendo as desapropriações, diretamente; será do poder concedente a responsabilidade pelas indenizações cabíveis.

18. (VUNESP - PROC MU (PGM SANTOS)/PREF SANTOS/2021)

Entre os instrumentos adequados para a utilização do bem público por pessoa diversa do titular estão: a autorização de uso, a permissão de uso, a concessão de uso e a concessão de direito real de uso.

Assinale a alternativa correta acerca dos referidos instrumentos.

(A) A autorização de uso e a permissão de uso não conferem direitos aos outorgados contra terceiros.

(B) A permissão de uso não pode ser revogada a qualquer tempo, a contrário senso estaria caracterizada violação à esfera de direitos dos particulares.

(C) Concessão de uso é o contrato administrativo pelo qual o Poder Público atribui a utilização não exclusiva de um bem de seu domínio a particular, para que o explore.

(D) Concessão de direito real de uso é ato unilateral pelo qual a Administração transfere o uso necessariamente remunerado de terreno público a particular, como direito real resolúvel.

(E) Autorização de uso é o ato unilateral, discricionário e precário pelo qual a Administração consente na prática de determinada atividade individual incidente sobre um bem público.